

Políticas públicas e educação

Regulação e conhecimento

Dalila Andrade Oliveira; Adriana Duarte (Orgs), 1ª reimp. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 288. ISBN 978-85-8054-012-3. (Coleção Edvcere, 9).

Responsável pela resenha:
ÁLVARO L. MOREIRA HYPOLITO*

Vivemos profundas mudanças na sociedade, nesta virada de século, que envolvem a ciência, o conhecimento, a economia, a política e o Estado. A ciência e o conhecimento estão cada vez mais imbricados com a produção, a economia e as políticas, de tal modo que o próprio Estado tem-se modificado profundamente, para se adequar e para efetivar as modificações. Não são alterações técnicas, mas inovações tecnológicas, que afetam e são afetadas pela reestruturação produtiva, pela expansão do mercado, e impulsionam uma globalização que transforma o cotidiano das populações pela intensa relação entre local e global. Isto exige outro Estado e novas formas de controle que afetem a subjetividade e produzam tecnologias com efetiva regulação social, política, econômica e científica, interferindo diretamente no conhecimento e submetendo-o a regras próprias do mercado.

O livro “Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento”, apresenta uma discussão sobre educação como política pública reorganizada a partir de processos regulatórios, desencadeados pelo Estado, com essa nova configuração. Discute o conhecimento como mercadoria com grande valor agregado, como força produtiva mesmo, cujo papel é central para a economia e para os processos produtivos. Mostra, a partir dessa compreensão, como a educação pode desempenhar funções cruciais para a efetiva regulação pretendida pelo Estado.

Embora dividido em uma sequência de capítulos, segue uma lógica de organização que pode ser dividida em três partes distintas: a primeira, apresenta uma discussão mais teórica, para fundamentar os estudos sobre o papel das políticas educativas

* PhD em Educação. Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), junto ao Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado). *E-mail*: <alvaro.hypolito@gmail.com>.

no contexto de regulação; a segunda, constituída por capítulos que apresentam estudos sobre as políticas públicas e educação, em vários países e com focos mais específicos; e, por fim, a terceira parte, com textos sobre aspectos da educação brasileira.

O livro inicia com um capítulo de José Mauricio Domingues, que trata da modernidade e do conceito de reflexividade, discutindo, principalmente a partir de Giddens, uma interpretação da modernidade avançada, ou modernidade tardia, e a construção de uma subjetividade individual e coletiva, que afeta aqueles que vivem sob os efeitos dessa modernidade, pois, mesmo que “os aparatos burocráticos estatais e o capitalismo sigam inquestionados, outras esferas se fizeram muito mais maleáveis e contingentes, abertas e forçadas às decisões e construções individuais e coletivas.” (p.16).

Maroy mostra essas esferas operando de forma mais objetiva, no capítulo sobre regulações pós-burocráticas dos sistemas de ensino na Europa. O autor debate os conceitos de regulação, regimes e modos, como modelos de governo. No contexto das políticas de regulação no campo educacional, podemos ver tendências importantes, tais como: uma certa transferência de atribuições, como forma de uma pseudoautonomia para os estabelecimentos escolares, via processos pendulares de centralização e descentralização; um crescimento da avaliação externa e em larga escala, tanto dos estabelecimentos quanto do sistema escolar; um incentivo à diversificação da oferta escolar – com uma variação do tipo de escola e ensino ofertado, e ao direito de escolha ou flexibilização da escolha pelos pais –, o que não é muito recorrente entre nós, mas está presente em alguns países latino-americanos; o aumento da regulação do controle sobre o trabalho de ensinar, tanto sobre o trabalho docente quanto sobre o currículo. Essas políticas, associadas com iniciativas de quase-mercado, estimulam a terceirização e a aquisição de “pacotes pedagógicos”, diferentes daqueles que conhecíamos no período tecnicista, pois agora incluem não somente atividades de ensino e materiais, mas, sobretudo, formação continuada e supervisão do trabalho, assim como modelos de gestão escolar. As iniciativas de quase-mercado, muitas configuradas como expressão das parcerias público-privadas, estão se alastrando de forma incontrolável por muitos estados da federação, principalmente em municípios pequenos e médios.

Parte do suporte teórico-metodológico das políticas pode ser problematizado a partir do que Lessard desenvolve no seu capítulo *Pesquisa e Políticas Educativas*. Hoje, muitas delas buscam legitimação, ao se afirmarem como resultantes de teorias cientificamente comprovadas. As *best practices* ou, como ficaram melhor conhecidas entre nós, as políticas *baseadas em evidências* estão na base das formulações focadas em índices, avaliações, métodos de ensino, que se arrogam científicos. É uma intromissão economicista na formulação de políticas educativas que despreza qualquer abordagem interpretativa – muitas delas qualitativas, ideológicas e não baseadas em evidências de dados cientificamente apurados. Essa lógica tem invadido o campo educacional com políticas gerencialistas.

Por um outro viés, Dalila Oliveira discute as políticas públicas e a pesquisa acadêmica. Tem havido uma tensão constante no campo de estudos das políticas públicas e educação, pois estão sempre relacionadas com o poder político. A tensão é entre o conhecimento acadêmico (como aquele que não responde às soluções práticas da vida social) e as políticas governamentais (que precisam resolver problemas imediatos da sociedade). Isto é válido, em parte, quando se trata de um conhecimento crítico, pois o poder governamental, em geral, está do lado oposto, mas muitas políticas governamentais seguem produções acadêmicas, quando elas coincidem com a manutenção das regras de poder. O que é claro, por exemplo, na formulação do Estado segundo a lógica orientada por Bresser-Pereira, de transformação em organizações sociais, em instituições de quase-mercado e de parcerias público-privadas. Dalila discute essas relações, mostrando seus limites e possibilidades, tanto na aplicação de determinados conhecimentos, quanto na deturpação de outros, para atender interesses do Estado. Mostra que os dilemas envolvidos nessa relação estão imbricados com as políticas indutoras de regulação.

João Barroso discute o uso do conhecimento nas políticas, mostrando que tem havido uma passagem, baseada no conhecimento, para políticas baseadas em evidências, analisando suas consequências na regulação do trabalho docente. Retoma, Barroso, o debate sobre as *boas práticas* (*best practices*) e as *políticas baseadas em evidências*, demonstrando que essas modificações são determinantes para a regulação do trabalho docente, no controle sobre os modos de organização do seu trabalho e sobre as suas práticas.

O texto de Gian Ramos inicia a parte do livro que analisa políticas públicas em educação, de forma mais específica, em diferentes contextos. Neste caso, trata da educação, ciência e inovação no México. O trabalho é seguido pela análise das pós-graduações em ciências sociais, de Gentili e Saforcada, que discutem desigualdades regionais, competição e mercantilização do ensino na América Latina.

Adriana Duarte detém-se no tema das políticas educativas, regulação e trabalho docente, mostrando as tendências dos estudos, em uma discussão muito atual e importante. Savana, de forma similar, debate as políticas para o ensino médio e profissional e o trabalho docente, considerando as realidades brasileira e argentina. Indiretamente conectado a essas discussões, o texto de Carvalho debate o papel do Pisa, como sistema regulador das políticas, em diferentes contextos.

Por fim, os últimos três capítulos, respectivamente, de Marisa Duarte, Eliza Ferreira e Marcio Pochmann, e Lívia Vieira, apresentam discussões contextualizadas no Brasil, debatendo o sistema educacional, educação e juventude, e educação de zero a seis anos.

Com esses estudos muito atuais, este livro é imperativo para docentes, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação, a fim de melhor compreender as políticas de regulação e suas implicações para o campo educacional.